

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

**Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERH**

No dia 26 de abril de 2024, às 09h00min., ocorreu de forma híbrida, por meio da plataforma Zoom e também possibilitando a participação presencial, a 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos - CERH, cuja pauta estava composta pelos seguintes itens: 1) Deliberação sobre a solicitação de prorrogação do mandato da Mesa Diretora do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Ivaí; 2) e aprovação dos seguintes documentos com vistas à obtenção da Certificação do Estado do Paraná no 1º período do PROGESTÃO III: 2.1.) Plano Plurianual de Capacitação 2024-2027; 2.2.) Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos do Progestão – PPA/PROGESTÃO; 2.3.) Planilha de Desembolsos dos Recursos do Programa – 2023; e, 2.4.) Formulário de Autoavaliação 2023 – 3º Ciclo. Após a chamada realizada pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e satisfeito o quórum exigido para legitimar o início dos trabalhos, a Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em exercício e Diretora Geral da SEDEST, Dra. Louise Costa e Silva Garnica, deu início à reunião, com a presença dos seguintes participantes: Sra. Ivana Lúcia Belmonte, representando a Secretaria de Estado do Saúde – SESA, o Sr. Benno Henrique Weigert Doetzer, representando a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento – SEAB; Sra. Maria Cristina Dias Bittencourt, representando a Secretaria Estadual de Educação – SEED; Sra. Maria Inês Prevedello, representando a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL; Sr. Fabricio Miyagima, representando a Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL; Sr. Arno Ravache, representando a Secretaria de Estado do Turismo – SETU; Sr. Carlos Henrique Boscardin Naujack, representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI; Sr. José Luiz Scroccaro e Sra. Danielle Teixeira Tortatto, representando o Instituto Água e Terra – Gestão de Recursos Hídricos; Dr. Marcelo Cesar Maciel, representando a Procuradoria Geral do Estado – PGE; Sr. Rodrigo Felipe Rocha, representando a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR; Sr. Milton Luiz Brero de Campos, representando a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEC; Sr. Richard Golba, representando o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR; Srs. Marcos Antonio Zanetti e Eduardo Henrique Soares Souza, representando o Município de Balsa Nova; Sr. Hermam Vargas Silva, representando a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; Sr. Luiz Arthur K.G.da Conceição, representando o Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental v- CEDEA; Sr. Julio Cesar Gonchorosky, representando a SANEPAR; Sr. Ibson Gabriel de Campos, representando o Município de Curitiba; Sr. Nilo Cini Júnior, representando a Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP; Sra. Carla Beck, presentando a Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP; Sra. Ester Amélia Assis Mendes, representando o Comitê de Bacia Hidrográfica COLIAR; Sr. Pedro Luiz Fuentes Dias, representando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Ivaí; ainda estavam presentes os Srs. Alexandre, Tiago Bascovis, Matheus Mancino, Paulo Moura, Ricardo Johansen; e as Sras. Adrielle Trindades, Bianca, Marcela Salum, Paloma G. Ribas, Paula, Monique Schneider, Mariana Busato, Fernanda Palu, Giovanna, Simone Sanches. De início, a Presidente Louise agradeceu a presença de todos, pediu desculpas a todos pela demora do início da reunião em decorrência de problemas técnico, e que se compromete a corrigir esses problemas levando em conta a sugestão do Pedro Dias, que comentou sobre o Formulário de Entrada que é realizado pelos Mesas Diretoras dos Comitês de Bacias Hidrográficas, sugerido pela Sra. Daniele Tortatto; ato contínuo passou para o primeiro item da reunião, ressaltando sobre a errata apresentada antes da presente reunião que retirou



**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

**Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERH**

de pauta a deliberação sobre as Atas da 38ª Reunião Ordinária e 9ª Reunião Extraordinária; nesse sentido, o primeiro item objeto da pauta é a Deliberação sobre a solicitação de prorrogação do mandato da Mesa Diretora do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Ivaí; cuja apresentação foi realizada pelo Sr. Pedro Dias, membros da Mesa Diretora do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Ivaí, o qual informou que houve intensa discussão sobre a necessária eleição dos novos Conselheiros que seria realizada em concomitância com as eleições municipais, e se avaliou a importância de fazer essa alteração de data buscando a importante participação dos novos mandatários municipais no pleito eleitoral; então essa lógica se estabelece uma vez que gostaria de ter cada vez mais a presença dos representantes municipais, e foi nesse sentido que está sendo solicitada a anuência/deliberação do CERH para que a eleição seja prorrogada e a eleição seja realizada no primeiro trimestre de 2025; em seguida a Presidente informou que em conformidade com o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Ivaí foi verificado que a eleição da Mesa Diretora é atribuição da Plenária do CBH Alto Ivaí, e nesse sentido o entendimento é de que esse pedido de prorrogação do mandato da Mesa Diretora deveria estar acompanhado da deliberação referendada pelo Plenário do CBH do Alto Ivaí, e que a presente solicitação de prorrogação do mandato não está acompanhado da Ata que conste essa decisão pela Plenária do CBH do Alto Ivaí; que o CERH não detém essa competência para analisar esse pedido, representando a supressão da instância que originalmente possui essa atribuição; a Presidente Louise pergunta ao Sr. Pedro Dias se ele tem conhecimento sobre essa situação, se essa questão foi deliberado pelo Plenário do CBH do Alto Ivaí, o que foi respondido que sim, que houve essa deliberação pelo Plenário do CBH do Alto Ivaí e que acredita que o Presidente do CBH do Alto Ivaí deve ter esquecido de juntar referida ATA; sugere, nesse sentido, que a deliberação seja adiada para a próxima reunião a ser designada, após munir o pedido dos documentos comprobatórios da deliberação da Plenária acerca da prorrogação do mandato; diante disso, o item 1 da Pauta foi retirado da deliberação, devendo o mesmo ser futuramente submetido ao Plenário do CERH com a condição de estar devidamente instruído; o Sr. L. Arthur pede para estar consignado em Ata que o pedido deve estar acostado da Convocação dos membros do CBH do Alto Ivaí e a Ata em que consta a aprovação do pedido pelo Pleno do Comitê; o item seguinte da Pauta é a aprovação de documentos com vistas à obtenção da Certificação do Estado do Paraná no 1º período do PROGESTÃO III, o primeiro dos documentos a ser apresentado é o Plano Plurianual de Capacitação 2024-2027; antes da apresentação do documento, o Sr. L. Arthur, representante do CEDEA, por precaução regimental pediu vistas do processo relativo aos documentos do PROGESTÃO III, pedido de vistas esse que será retirado por razoabilidade e por conta da conversa prévia sobre a pauta; em seguida houve a apresentação do Plano de Capacitação Plurianual pelo Sr. Alexandre Jucá, do IAT, que explicou que esse documento é um dos requisitos para a Certificação 2024, referente ao ano 2023, e que dá início ao planejamento de capacitação para esse novo ciclo; foi elaborado com base no mapeamento de competências estabelecidos pela ANA, em que foram mapeadas as competências de diversos órgão que integram o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos; apresentado o Plano de Capacitação Plurianual 2024-2027, a Presidente Louise informou que essa documentação está disponibilizada no site da SEDEST bem como foi encaminhado ao e-mail de todos os membros; em seguida o Sr. L. Arthur, do CEDEA, pediu a palavra e se manifestou dizendo ter recebido o processo, que foi instruído de forma muito



**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

**Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERH**

87 confusa, e que conformes os próprios técnicos do IAT explicaram antes do início da reunião foi  
88 misturado documentos do Progestão 2 com os do Progestão 3; que o processo não estava  
89 acompanhado do Termo de Contrato da ANA com o Estado do Paraná, que não estava munido  
90 do Ofício do Governador solicitando a inclusão do Progestão para o Estado do Paraná; e que em  
91 razão disso entrou em contato com a Secretaria Executiva do CERH, que por sua vez entrou em  
92 contato com o servidores do IAT, e em seguida o servidor Paulo, do IAT, forneceu os documentos  
93 ao CEDEA e a Secretaria Executiva do CERH; na análise geral, o Sr. L. Arthur ressaltou estar  
94 muito confuso o processo, e que em decorrência disso compareceu à reunião para pedir vistas  
95 do processo, mas que por conta da conversa prévia ao início da reunião e para não causar  
96 qualquer prejuízo ao Estado, retira a vista do processo desde que condicionado ao atendimento  
97 de algumas adequações dos documentos que apresentaram essa confusão de Ciclos relativos  
98 ao Progestão; ato contínuo, a Presidente Louise se manifesta no sentido de que o CERH deve  
99 se comprometer perante todos os Conselheiros em trazer melhorias efetivas, de modo a tornar  
100 os processos de Convocação e a disponibilização de documentação de modo mais eficiente,  
101 prezando pela transparência dos atos; em seguida, o item 2.3.1. – Plano Plurianual de  
102 Capacitação 2024-2027 foi submetido à deliberação, sendo o documento aprovado por  
103 unanimidade; a seguir foi dado continuidade aos itens da pauta, sendo objeto de apresentação  
104 pelo Sr. Alexandre Jucá o item 2.3.2., que trata do documento denominado Plano de Aplicação  
105 Plurianual dos Recursos do Progestão – PPA/Progestão; inicialmente o Sr. Alexandre informou  
106 a todos que o formato desses documentos segue um padrão estabelecido pela Agência Nacional  
107 de Águas – ANA; que no item “total de receitas previstas e saldo do ano anterior” para o ano de  
108 2024 há um saldo de R\$3.038.337,35 que remanesce do 2º ciclo do Programa, acrescido de  
109 R\$1.4000,00, que é o recurso estimado a ser aportado pela ANA no âmbito do PROGESTÃO III;  
110 dentre as despesas previstas estão gastos com diárias, passagens, material de consumo,  
111 material permanente, despesas com imóveis – correspondente à finalização dos pagamentos da  
112 reforma da unidade administrativa do IAT – Bairro Rebouças, serviços de informática, serviços  
113 de comunicação, realização de eventos e ações de capacitação e treinamento, despesas com  
114 Conselho, Comitês e outros organismos colegiados, planos de bacia e estudo em recursos  
115 hídricos, despesas com a rede hidrometeorológica e sala de situação, e gastos com  
116 monitoramento da qualidade da água; aberta a palavra aos presentes, o Sr. L. Arthur comenta  
117 ocorrer uma confusão no quadro apresentado, dando a entender que aparentemente é do 3º  
118 ciclo, situação essa já identificada previamente pelos técnicos do IAT; em seguida a Sra. Louise  
119 se manifesta informando que na página 1 do Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos  
120 Financeiros do Progestão – 3º Ciclo, onde consta a discriminação da receita do ano 2024, no  
121 valor de R\$3.038.337,35, está sendo explicitado um saldo que deriva do Progestão anterior –  
122 PROGESTÃO II, porém, na folha seguinte da Planilha esse mesmo valor entra na composição,  
123 não ficando claro se era do Progestão 2 ou 3; ato contínuo o Sr. Paulo, do IAT, explica que no  
124 item 5, onde está descrito despesa com imóveis – no valor de R\$3.000.000,00 dentro do ano de  
125 2024, ficou dentro do Plano de Aplicação do 3º Ciclo, e nesse sentido gera sim uma certa  
126 confusão, razão pela qual se faz necessário uma ressalva para deixar claro o que é do 2º e o  
127 que é do 3º Ciclo; em seguida o Sr. Pedro Dias pede a palavra e solicita uma atenção especial  
128 para os Planos de Bacia, afirmando que os valores apresentados estão aquém da necessidade,  
129 que o que mais se precisa hoje é ter regras claras acerca do uso e gestão dos recursos hídricos,

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

**Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERH**

e que o Plano de Bacia serve justamente para suprir essa lacuna; após essas considerações, a Presidente reforça a importância da elaboração dos Planos e passa a palavra à Sra. Daniele Tortatto, do IAT, que ressalta a importância dos Planos de Bacia mas que os recursos do Progestão não são direcionados para essa finalidade, considerando que a fonte de PROGESTÃO não se destina para a elaboração dos Planos de Bacia; salienta, no entanto, que existem recursos provenientes de outras fontes que será destinado para tal, e que no momento o IAT está trabalhando em cima dos Termos de Referência para a contratação de empresa para elaboração dos Planos de Bacia do Alto Ivaí, Piquiri-Paraná 2 e Baixo Iguaçu; em seguida o Sr. Hermam, representante da ABAS, reforça a importância e a preocupação com os Planos de Bacia, sobretudo levando em consideração as águas subterrâneas, que são as grandes esquecidas; em resposta, a Sra. Daniele Tortatto informa que nos trabalhos dos novos Termos de Referência as águas subterrâneas estão sendo contempladas; ato contínuo o Sr. L. Arthur entende que o documento deve ser aprovado, com a ressalva de deixar bem claro e separado os valores concernentes ao 2º e 3º Ciclo do Progestão; nesse sentido, o CEDEA retira as vistas, salientando que existe um custeio da ANA e outro do IAT, que deve dar uma contrapartida; diante disso, o documento 2.3.2. – Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos do Progestão, foi submetido à aprovação pelos membros, com a ressalva de que seja separado do documento os valores referentes ao 2º e 3º Ciclo do Progestão, o que foi aprovado por unanimidade; o terceiro item da Pauta é a Planilha de desembolso dos recursos referente ao ano 2023 – item 2.3.3. da Pauta, que é correspondente ao Ciclo 2 do Progestão; a apresentação foi realizada pelo Sr. Alexandre Jucá, sendo que os gastos que foram apresentados foram realizados com a reforma do imóvel do IAT, sede do Rebouças, com a realização de eventos e ações de capacitação e treinamento, aqui envolvendo diárias de hotéis e alimentação para os representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado, e outras despesas de recolhimento obrigatório, a exemplo do PASEP e de tarifas bancárias; em seguida o Sr. L. Arthur pede a palavra e reitera haver o mesmo problema do documento anterior, pois se trata de recursos do 2º ciclo, razão pela qual é importante separar o que é recurso do 2º e do 3º ciclo; nesse sentido, a Sra. Daniele Tortatto reforça que o documento apresentado é concernente apenas ao 2º Ciclo, pois o recurso do 3º ciclo sequer foi repassado ao Estado; ato contínuo a Presidente Louise reforça que esse item da pauta corresponde ao 2º ciclo do Progestão, e sugere que seja juntado no processo a comprovação adequada dos gastos, o que pode ser feito por meio da juntada de Extratos Bancários, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios dos gastos conforme discriminado nos respectivos itens dispostos na Planilha; em seguida a Planilha de Desembolso dos recursos do Programa foi submetido à aprovação, o qual foi aprovado com a ressalva de apresentação dos comprovantes dos gastos discriminados no item 2.3.3.; em seguida se deu a apresentação do item 2.3.4. da Pauta, que foi o Formulário de Autoavaliação 2023 – 3º Ciclo, após a apresentação a Sra. Danielle Tortatto salientou que esse documento foi elaborado com base em Oficina realizada em abril de 2023 com membros da Agência Nacional de Águas e com representantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para definir a meta que o Estado pretende alcançar em cada um dos itens discriminados no referido Formulário; ato contínuo o Formulário de Autoavaliação foi submetido à deliberação pelos membros, o qual foi aprovado por unanimidade; encerrada a ordem do dia, a palavra foi aberta aos inscitos para uso da Tribunal Livre; o Sr. Hermam solicitou informações a respeito da temática dos recursos hídricos



**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

**Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERH**

na Assembleia Legislativa, pois inicialmente houve o chamamento de um grupo de trabalho para tal finalidade; outra questão é em relação à recém criada Associação Paranaense de Águas Subterrâneas, que trabalha em conjunto com a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, está se oferecendo para dar treinamento aos interessados, a exemplo da FIEP, FAEP, IDR e aos Comitês de Bacia; seria importante que esses atores entrassem em contato com eles para poder falar sobre poço, o que é um projeto de poço, como se faz a manutenção de poço; para os Comitês de Bacia essa capacitação já tem sido oferecida, e qualquer outro Comitê que queira esse treinamento, que estejam a vontade para entrar em contato conosco; por último, foi encaminhado uma correspondência à Secretaria Executiva sobre uma proposta de Resolução que trata da segurança hídrica dos aquíferos, para que se possa criar um Grupo de Trabalho para começar a pensar e elaborar essa Resolução, GT esse formado prioritariamente pelas Universidades que compõe o CERH; em seguida a Presidente Louise ressalta a importância de criar esse Grupo de Trabalho, e que precisamos pensar em qual Câmara Técnica esse GT pode ser instituído; sobre a primeira questão levantada pelo Sr. Hermam, a Presidente Louise repassou a palavra para o Sr. Caiê, que trabalha no gabinete do Dep. Goura; nesse contexto, o Sr. Caiê informou que não se tem notícia de autuação mais recente da Assembleia Legislativa, porém, destaca no âmbito estadual a Lei que obriga a instalação de cisternas para captação de águas de chuvas em certos estabelecimentos – Lei estadual nº18.730/2016; por proposição do Dep. Goura ainda se destaca a Lei estadual nº20.440/2020, que trata do uso responsável de água no PR, inibindo atividades que desperdiçam água e estimula mecanismos e tecnologias para a eficiência do seu uso; ainda se destaca a Resolução SEDEST 30/2022 – atualizada posteriormente, dá as diretrizes para o licenciamento ambiental, e que faz referência no seu texto da legislação que trata da eficiência hídrica; além disso, há a necessidade de regulamentação da Lei que trata de cisternas; em seguida a palavra foi repassada ao Sr. Pedro Dias, que apontou algumas ocorrências, dentre elas a decisão do STF que veda a isenção do pagamento pelo uso de recursos hídricos, entendimento esse que contraria, inclusive, o disposto na Política Estadual de Recursos Hídricos – que isentava a agricultura, razão pela qual é fundamental um estudo aprofundado sobre essa decisão por parte do Estado; informa, ainda, que há uma forte interlocução entre atores sociais diversos, dentre eles algumas frentes parlamentares (Senador Heinz), que buscam redirecionar os recursos que hoje são centralizados pela Agência Nacional de Águas para os Municípios; nesse sentido, destaca que atualmente há um PL que tem o propósito de retirar esses recursos da ANA para repassar direto a alguns Municípios, e que pela complexidade do tema é oportuno que os atores interessados possam refletir sobre o temas e dar os encaminhamentos necessários para um maior aprofundamento dessas questões pelo CERH; ato contínuo, a Presidente Louise se manifesta no sentido de que quanto à decisão do STF, é importante que esse tema seja encaminhado à Assessoria Jurídica da SEDEST para que o CERH possa ter ideia do alcance dessa decisão; em seguida o Sr. Scroccaro pediu a palavra e se manifestou preocupação e ressaltou a importância do tema concernente à mudança de direcionamento do repasse, retirando da ANA essa centralização; que os Municípios possuem um lobby muito forte no sentido de tomar para si esses recursos; nessa perspectiva, pela ideia do PL o repasse seria repassado a somente 750 Municípios pelo Brasil, enquanto que o Brasil possui 5.800; em seguida a Sra. Ester se manifestou sobre a cobrança do COALIAR, e informou que está em pauta na CTINS para fazer a revisão desses valores, com o apoio da SEDEST e da



**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

**Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERH**

ANA, haja vista a experiência em outros Estados; ato contínuo o Sr. L. Arthur se manifestou sobre o grande número de aprovação de empreendimentos na região metropolitana de Curitiba, especialmente em área de Karst, que essa questão já foi exposta junto ao Conselho dos Mananciais, mas que também deve ser preocupação desse CERH, e solicita uma maior fiscalização pelo IAT dos projetos e empreendimentos, dos projetos pois da maneira como está haverá o afundamento do Karst na região metropolitana; em Colombo foi aprovado o novo Plano Diretor, onde consta a possibilidade de retirada de água de poço para uso em lava car no Município, situação essa denunciada ao Ministério Público de Colombo; que já existem relatos de casa rachando na região de Almirante Tamandaré, tal como ocorreu em 1996, quando ocorreu afundamento de residência na região metropolitana; em seguida o Sr. Scroccaro pediu a palavra e se manifestou no sentido de que o IAT pode agir e fiscalizar sobre aquilo que está aprovado nos Planos Diretores e nos Conselhos de Gestão dos Mananciais; o IAT não tem como mudar um Plano Diretor, que há a necessidade de ser feito um levantamento na área do Karst para verificar o que pode ser realizado dentro da legalidade; e que quanto às rachaduras das casas, é importante levantar essa informação para junto com a Defesa Civil avaliar a situação; em seguida a Sra. Ester se manifestou salientando a importância daquilo que foi proposto pelo Hermam pois hoje os aquíferos estão um pouco negligenciados, e que quanto à perfuração de poços não há uma anuência livre para perfuração de poços, há a necessidade de autorização para perfuração, de modo a evitar a super exploração de um aquífero; tem cidades onde o abastecimento público está sendo prejudicado por conta de poços que estão sendo perfurados sem critérios de distância, o que prejudica a vazão e possibilidade de abastecimento; e que concorda com o Sr. L. Arthur no sentido de uma maior fiscalização em relação à perfuração de poços; ato contínuo o Sr. L. Arthur se manifesta no sentido de que a obrigação de fiscalização ambiental do Estado é de competência suplementar, ou seja, independe de autorização ou de Plano Diretor, ainda mais em se tratando de águas subterrâneas, que de certa forma é bem de todos e não bem do Município; em seguida o Sr. Pedro Dias informa que acredita que a discussão no STF sobre a isenção de cobrança do uso da água pela agricultura decorre da ADI 5025, da Lei estadual nº2406/2002-MS; ato contínuo a palavra foi repassada ao Sr. Milton, da AMEP, que não se trata de uma suplementação de um Município para outro, que a Constituição Federal no seu art. 24 estabelece que a competência legislativa é concorrente, as 3 esferas podem criar legislações, e que sempre valerá o mais restritivo; que o Estado só agirá em conformidade com uma legislação; lembra, também, que há uma Câmara Técnica do Karst, e que diferentemente do que foi afirmado, de que na área de Karst são realizadas ações sem qualquer cuidado do Estado ou Municípios, existe representantes técnicos que analisam projetos, planos diretores, planos estaduais, os quais passam todos pela Câmara Técnica do Karst; em relação ao uso do solo, há um Plano de Desenvolvimento Econômico Integrado em elaboração, no qual o Karst está sendo devidamente abordado, e que qualquer sugestão pode ser encaminhada à AMEP para aprimorar o documento; com o tempo da Tribuna Livre já finalizada, a Presidente passou a palavra rapidamente ao Sr. Hermam, que reforçou a importância de discutir sobre o Karst, que está afundando, e que isso é um processo natural, a água dissolve o calcário; e que a partir de 1988 o Município tem suas responsabilidades, saneamento está se falando de poço, saúde está se falando de poço, área ambiental está se falando de poço, e uso do solo, que é o principal contaminante, está se falando de poço; o Plano Diretor tem que obrigatoriamente contemplar



**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH**

**Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERH**

requisitos para a perfuração de poço, pois poço é uma obra, e portanto preciso de uma licença para o seu funcionamento, e que o Município é um grande parceiro do Estado no monitoramento, nas discussões de distância entre poços; nesse sentido esse Grupo de Trabalho é fundamental; em seguida a Sra. Daniele Tortatto se manifestou no sentido de deixar claro a importância dos residentes e bolsistas do IAT, que são profissionais muito bem qualificados, com experiência e capacidade para desempenhar as ações que estão desempenhando; por fim, a Presidente em exercício do Conselho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 40ª Reunião Ordinária do CERH, às 11h05min.

---